

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**2ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual de 2022**

Dia: 15/12/2022

Horário: das 9 às 19 horas

PAUTA DESTA SESSÃO

- 1) Proposição nº 1.01065/2017-37  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
  
- 2) Proposição nº 1.00152/2019-10 (Apenso: Proposição nº 1.01037/2020-51)  
Requerente: Valter Shuenquener  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Determinação para a manutenção de cadastro de palestrantes com o objetivo de fomentar a paridade de gênero nos eventos promovidos ou apoiados pelas unidades do Ministério Público.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
  
- 3) Reclamação Disciplinar nº 1.00422/2019-93 (Pedido de Revisão)  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Requeridos: Membros do Ministério Público Federal  
Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF nº 52.810  
Objeto: Pedido de revisão de decisão monocrática proferida pela Corregedoria Nacional do Ministério Público que determinou o arquivamento de reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Paraná
  
- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23  
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para oficial perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

- 5) Reclamação Disciplinar nº 1.00490/2019-06 (Recurso Interno)  
Recorrente: Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – ABJD  
Advogados: Rivadavio Anadão de Oliveira Guassu – OAB/DF nº 41.777; Raimundo Cezar Britto Aragão – OABDF nº 32.147 e Nuredin Ahmad Allan – OAB/PR nº 37.148-A  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal  
Advogados: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF nº 52.810; Paulo Maurício Braz Siqueira – OAB/DF nº 18.114; Ingrid Belian Saraiva – OAB/DF nº 48.376  
Objeto: Reclamação Disciplinar em desfavor de membros do Ministério Público Federal  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Paraná
- 6) Pedido de Providências nº 1.00670/2019-80  
Requerente: União Federal  
Advogados: Anna Dias Rodrigues – OAB/MG nº 131159; Rogério Telles Correia das Neves – OAB/SP nº 133445  
Requerido: Ministério Público da União  
Objeto: Ministério Público da União. Inviabilidade de percepção de adicional de atividade penosa em favor de analistas e técnicos. Portaria PGR/MPU nº 633/2010. Necessidade de regulamentação por Lei Específica.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53  
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
- 8) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)  
Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.  
Advogado: César Lourenço Soares Neto – OAB/PR 29.201  
Recorrido: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná  
Interessados: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Reclamação disciplinar em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Paraná

- 9) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
**(Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária Presencial – 11/10/2022)**
- 10) Reclamação Disciplinar nº 1.00784/2020-45 (Recurso Interno)  
Recorrente: Claudio Bomfim de Castro e Silva  
Advogado: Carlo Huberth Castro Cueva e Luchione – OAB/RJ nº 47.698  
Recorrido: Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878; Juliana Moura Alvarenga Dilascio OAB/DF nº 20.522; Roberto Baptista – OAB/DF nº 3.212  
Interessados: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Reclamação disciplinar em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro
- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01073/2020-15  
Requerente: Daniel Lúcio da Silveira  
Advogado: Paulo César Rodrigues de Faria – OAB/GO nº 57.637 e OAB/DF nº 64.817  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessada: Monique Cheker de Souza  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República do Município de Petrópolis. Inquérito Civil n. 1.30.007.000112/2020-68. Suposto ato de improbidade administrativa praticado por Deputado Federal noticiado em matéria jornalística. Ausência de justa causa. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00679/2021-23  
Requerente: Carlos Moises da Silva  
Advogado: Luís Irapuan Campelo Bessa Neto – OAB/SC 41.393  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Terceira Turma Revisora do Conselho Superior. Apuração de atos de improbidade administrativa praticados na aquisição de 200 ventiladores pulmonares, pelo Estado de Santa Catarina, no âmbito do Inquérito Civil nº 06.2020.00001921-9. Apreciação de Promoção Parcial de Arquivamento com relação ao Governador do Estado. Alegação de violação às prerrogativas do exercício profissional da advocacia, bem como ao devido processo legal. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Santa Catarina
- 13) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00708/2021-93  
Requerente: Angelo Goulart Villela  
Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36482  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00.002.000042/2017-21. Decisão do Conselho Superior do MPF.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
- 14) Reclamação Disciplinar nº 1.00741/2021-96 (Recurso Interno)  
Recorrente: Cristiano Zanin Martins  
Advogados: Lyzie de Sousa Andrade Perfi – OAB/SP nº 368.980; Eduardo Ramos Junior – OAB/SP nº 304.887; Maria de Lourdes Lopes – OAB/SP nº 77.513; Eliakin Tatsuo Yokosawa Pires dos Santos – OAB/SP nº 386.266; Guilherme Queiroz Goncalves – OAB/DF n 37.961; Victor Lugan Rizzon Chen – OAB/SP nº 448.673; Valeska Teixeira Zanin Martins OAB/SP nº 153.720; Ari Crispim dos Anjos Junior – OAB/SP nº 256.825; William Gabriel Waclawovsky – OAB/SP nº 373.933  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal  
Advogados: André Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673  
Objeto: Reclamação disciplinar em desfavor de membros do Ministério Público Federal  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro

- 15) Reclamação Disciplinar nº 1.01351/2021-15 (Recurso Interno)
- Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado de Alagoas
- Advogados: João Augusto Soares Viegas – OAB/AL nº 8.814; Marcondes Ricardson Torres Costa – OAB/AL nº 7.848
- Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas
- Advogados: Lucas Almeida de Lopes Lima – OAB/AL nº 12.623 e OAB/DF nº 64.085; Isabella Souto – OAB/AL nº 16.694
- Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, Ministério Público do Estado de Alagoas, Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF nº 39.915 e Rafael Barbosa De Castilho – OAB/DF nº 19.979
- Objeto: Reclamação disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas
- Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
- Origem: Alagoas
- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00065/2022-31
- Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado da Bahia
- Advogados: Rafael de Medeiros Chaves Mattos – OAB/BA nº 16.035; Edgard da Costa Freitas Neto – OAB/BA nº 26.466; Evelyne Almeida Ribeiro Pina – OAB/BA nº 22.476; Jose Carlos Monteiro Costa Segundo – OAB/BA nº 28.552; Daniel Souza Santos Diniz – OAB/BA nº 38.715; Matheus de Oliveira Brito – OAB/BA nº 20.717; Márcia Dias Borges – OAB/BA nº 12.399; Marcelo Bloizi Iglesias – OAB/BA nº 42.091; Mariana Tourinho Stolze Matos – OAB/BA nº 35.780; Marcela da Silveira Pinto e Pedreira Cardoso – OAB/BA nº 35.527; Luciana Garcia Pinto – OAB/BA nº 28.079; Gisele Grimaldi Figueirôa – OAB/BA nº 30.361 e Ana Luiza de Oliveira Léo Mendonça – OAB/BA nº 23.338
- Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
- Interessados: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (AMPEB), Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)
- Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Recomendação 01/2022 expedida pela Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 7ª Promotoria de Justiça. Rescisão imediata de contratos administrativos firmados com escritórios de advocacia mediante inexigibilidade de licitação prescindindo da demonstração prévia de ocorrência, no caso concreto, de ilícito. Alegação de falta de fundamentação apropriada, exigida pelo art. 7º da Resolução n. 164/2017 - CNMP. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
- Origem: Bahia

- 17) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00152/2022-61 (Embargos de Declaração)
- Embargante: Francisco Eugênio Coutinho do Amaral  
Advogado: Luís Carlos Parreira Abritta – OAB/MG 58.400  
Embargado: Corregedoria Nacional  
Interessados: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Reclamação Disciplinar n. 1.00581/2021-01. Divulgação de mensagens em perfil pessoal na rede social "Facebook", com ofensas à honra e a reputação de ex-Presidente da República e Governador de Estado, bem como a Ministros do Supremo Tribunal Federal.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Minas Gerais
- 18) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00154/2022-79
- Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800  
Interessados: Corregedoria do Ministério Público Federal; Ministério Público Federal  
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Mossoró/RN. Reclamação Disciplinar n.º 1.01257/2021-01.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Rio Grande do Norte
- 19) Proposição nº 1.00225/2022-24
- Requerente: Rinaldo Reis Lima  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração o Regimento Interno do CNMP. Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013. Aumento da duração do Plenário Virtual.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
- 20) Reclamação Disciplinar nº 1.00234/2022-15 (Recurso Interno)
- Recorrente: Carlos Eduardo Lima  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: São Paulo
- 21) Pedido de Providências nº 1.00306/2022-24
- Requerente: Uly Tognolo  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Alegação de irregularidades na avaliação funcional de servidores.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: São Paulo

- 22) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00627/2022-83 (Embargos de Declaração)
- Embargante: Francisco Eugênio Coutinho do Amaral  
Advogado: Luís Carlos Parreira Abritta – OAB/MG 58.400  
Embargado: Corregedoria Nacional  
Interessados: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Reclamação Disciplinar n. 1.00049/2022-67. Postagens em perfil pessoal da rede social Facebook, com conteúdo possivelmente atentatório ao prestígio da Justiça e ofensivas à honra e à imagem de ex-presidentes da República, parlamentares e governador de Estado.
- Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Minas Gerais
- 23) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2022-03 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Procuradoria da República no Município de Santarém/PA  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000265/2022-51 e Notícia de Fato nº 005482-031- 2022. Apuração de falta de prédio para funcionamento da escola localizada na comunidade São Francisco do Aruã, Gleba Nova Olinda, PEAEX Aruã/Santarém.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Pará
- 24) Pedido de Providências nº 1.00719/2022-81
- Requerente: João Paulo da Silva Mendes  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Regulamentação de assistência médico-hospitalar a servidores do quadro auxiliar. Distinção para com membros. Alegação de violação ao princípio da isonomia. Alegação de não cumprimento da Resolução n. 223/2020 - CNMP.
- Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Minas Gerais
- 25) Conflito de Atribuições nº 1.00958/2022-87
- Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.14.002.000082/2022-45. Apuração de suposta irregularidade perpetrada pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), que estaria coagindo os alunos a participarem da solenidade de colação de grau. Município de Senhor do Bonfim/BA.
- Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Bahia

- 26) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00978/2022-76  
Requerente: Ângelo Goulart Villela  
Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36482  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. PAD 1.00.002.000050/2018-59. Alegação de nulidade.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
- 27) Conflito de Atribuições nº 1.00996/2022-58  
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Notícia de fato n. 1.34.007.000138/2022-29. Apuração de denúncia de mau uso de recursos públicos na obra de recapeamento asfáltico da Rua Benedito Onório de Lima, na Comunidade Vila Belém, fruto de convênio firmado junto ao Governo Federal em 2019, através do Ministério do Desenvolvimento Regional.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: São Paulo
- 28) Conflito de Atribuições nº 1.01009/2022-05  
Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.14.013.000116/2022-72. Apuração da ausência de fornecimento do medicamento Galvus Met (Vildagliptina/metformina) pela Secretaria Municipal de Saúde de Jucuruçu/BA.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Bahia
- 29) Conflito de Atribuições nº 1.01016/2022-99  
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial n.º 0000932-48.2022.8.16.0146. Apuração de possível prática de furto. Promotoria de Justiça de Rio Negro/PR. Promotoria de Justiça de Papanduva/SC.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Paraná

- 30) Conflito de Atribuições nº 1.01047/2022-86  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Processo SEI n. 29.0001.0151178.2022-47. Apura suspeita de uso de documento falso para atendimento em hospital, localizado em Várzea Grande - MT, para fins de comprovação de atendimento para embasar ação de cobrança de seguro DPVAT em prejuízo da companhia de seguro Porto Seguro, com sede em São Paulo. Possível falsificação do documento demonstrada por auditoria realizada pelo próprio centro de saúde.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira  
Origem: São Paulo
- 31) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01071/2022-98 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público - SINDMPPU  
Advogados: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163  
Recorridos: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia  
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região. Portaria PRT5 nº 37, de 18 de julho de 2022. Sistema de substituição entre analistas jurídicos denominado "apoio mútuo". Alegação de nulidade. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 32) Conflito de Atribuições nº 1.01102/2022-65  
Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n. 1.26.004.000150/2022-35. Alegação de demora no término de obras na Vila Chesf e no Alto do Cemitério, em Belém do São Francisco/PE, referentes ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).  
Relator: Cons. Jaime de Cássio Miranda  
Origem: Pernambuco
- 33) Conflito de Atribuições nº 1.01123/2022-08  
Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Requerido: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. SIG n. 01.2022.00019678-8 (NF n. 1.33.008.000157/2016-34). Apuração de possível dano ambiental decorrente de extração de minérios (areia e argila) em desacordo com a licença obtida, na Comarca de Tijucas/SC.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Santa Catarina

- 34) Conflito de Atribuições nº 1.01152/2022-98  
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil n. 1.22.004.000075/2022-51. Utilização de veículo do transporte escolar (ônibus) para o transporte de pessoas para tratamento de saúde no município de Alfenas, com suposto desvio de finalidade.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Minas Gerais
- 35) Pedido de Providências nº 1.01189/2022-07  
Requerente: Luís Fernando Cardoso Rezende  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Comunicação 818700. MPRJ 202200882513. Indeferimento de pedido de acesso à informação. Alegação de dificuldades para ter conhecimento dos motivos da negativa e para exercer o direito de recorrer da decisão proferida pela 6ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro
- 36) Conflito de Atribuições nº 1.01200/2022-93  
Requerente: Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região; Procuradoria do Trabalho no Município de Colatina 17ª Região  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Promotoria de Justiça de Marilândia  
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. OUV2022095990. NF 000081.2022.17.003/0. Trata-se de possíveis irregularidades na eleição da diretoria e da presidência do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Marilândia-ES  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Espírito Santo
- 37) Conflito de Atribuições nº 1.01215/2022-06  
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento MPRJ 2022.00796268 (SEI n.º 20.22.0001.0066344.2022-30). Notícia de Fato nº 1.30.001.003577/2022-92. Apuração de denúncia feita à Polícia Federal de invasão e ocupação de prédio do INSS no Município do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Rio de Janeiro

- 38) Conflito de Atribuições nº 1.01224/2022-05  
Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Processo TJSP nº 0060296-76.2016.8.26.0050. Processo TJMG nº 0024695-17.2021.8.13.0625. Apuração de furto qualificado. Comarca de São Paulo. Comarca de São João Del Rei.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Minas Gerais
- 39) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01229/2022-75  
Requerente: Eduardo Luíz Filippo Braga  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. 2ª Promotoria de Justiça de Aparecida. Processo n. 1501090-84.2020.8.26.0028. Alegação de inação do representante ministerial ao concordar com sucessivos prazos de dilação em inquérito policial.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: São Paulo
- 40) Pedido de Providências nº 1.01251/2022-70  
Requerente: Lorival Ramos Júnior  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Andamento de representação. Promoção de arquivamento. Protocolo 222.0142.0004960/2022. Procedimento 037.0739.0019800/2022. Apuração de vários atos delituosos contra o requerente.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: São Paulo
- 41) Conflito de Atribuições nº 1.01257/2022-00  
Requerente: Procuradoria da República - Rio Grande do Norte/Ceará Mirim  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.28.200.000060/2022-53. Apuração de notícia de irregularidades praticadas pela atual gestão de Lagoa Nova/RN na condução de obras públicas supostamente custeadas com recursos federais.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio Grande do Norte

**ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**